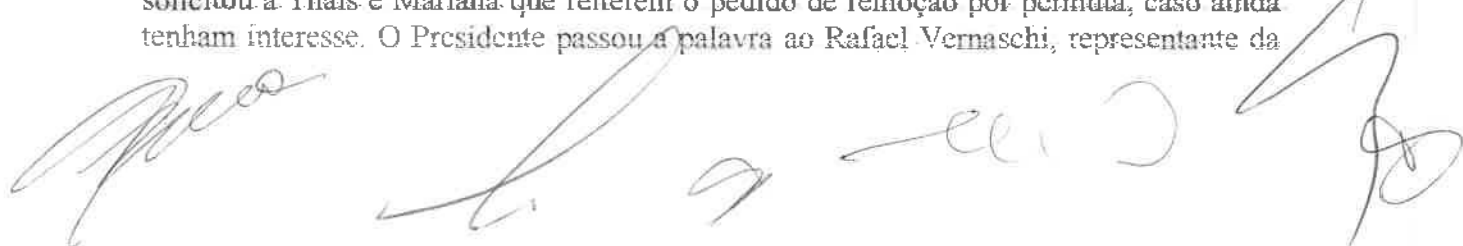


ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - BIÊNIO 2006/2007

Aos dezoito dias do mês de julho do ano dois mil e oito, na sala de reuniões da Rua Boa Vista, nº 103, 7º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor 1º Subdefensor Público-Geral do Estado, Vítor André Zílio Maximiano. Presentes os (as) Conselheiros (as) Pedro Antonio de Avellar, Luciano Alencar Negrão Caserta, Denise Nakano Veronezzi, Willian Fernandes, Fernando Roberto Faria, Davi Eduardo Depiné Filho e Elaine Moraes Ruas Souza, Carlos Weis, Geraldo Sanches Carvalho. Ausentes justificadamente os (as) Conselheiros (as) Tiago Fensterseifer, Luciana Jordão, Julio César Tanone. Deu-se início aos trabalhos às 09h30min. O Presidente prestou informações sobre o projeto de aumento no quadro de defensores públicos. Informou que o terceiro concurso de ingresso terá 2ª e 3ª fases em datas distintas. Informou o bom andamento do projeto dos subsídios, que está no departamento técnico da Secretaria de Gestão. Informou o motivo de a OAB não renovar o convênio com a Defensoria Pública. Informou que a colaboração dos colegas tem sido a melhor possível. Informou que a partir de segunda-feira farão os atendimentos de emergência. Explicou a deliberação de diárias do Conselho Superior para os Defensores Públicos que atuarem em comarcas que não há sede da defensoria. Informou que, por recomendação da Defensora Pública-Geral o Conselho Superior da Magistratura recomendou a suspensão dos prazos, analisados caso a caso. Informou que as nomeações anteriores ao dia 11 são válidas. Desistiu que esta nova etapa da Defensoria Pública sem o Convênio com a OAB é a mais importante que a instituição já passou. Informou que a OAB insinua que está em processo de negociação com a Defensoria Pública, o que não é verdade. Discursou sobre a obrigatoriedade do Convênio e a faculdade de fazer o convênio com a OAB. Informou o pagamento das diárias. Não havendo mais comunicação por parte da presidência e da secretaria, passou-se ao momento aberto. O Presidente abriu a palavra aos inscritos. Thais dos Santos narrou a forma como conheceu a colega Mariana, com quem pediu remoção por permuta. Narrou o quanto se indignou com o pedido de diligência por parte do Conselho Superior, visto que não houve de forma alguma má intenção da colega. Reiterou seu pedido de desistência ao pedido de remoção por permuta. O Presidente abriu a palavra aos Conselheiros para manifestação a respeito. O Conselheiro Carlos Weis informou à colega que não esteve na sessão anterior quando o julgamento foi convertido em diligência. Informou que seu voto como relator do processo foi favorável. O Conselheiro Davi Eduardo informou que não houve por parte do Conselho Superior nenhuma presunção de má-fé e que não houve personalização da questão. O Conselheiro Pedro Avellar informou que conhece a colega pelo nome tendo em vista a quantidade de boas ações que promoveu e que tem certeza de sua boa índole. Informou que o questionamento acerca de outro concurso é relevante para a decisão da permuta, visto que poderia causar prejuízo à administração. Elogiou o trabalho da colega. A Conselheira Denise Nakano destacou para a colega a importância da diligência, visto que a sua regional poderia ser prejudicada. Destacou que não há pessoalidade nas decisões do Conselho Superior. O Conselheiro Luciano Negrão falou sobre o pedido anterior de remoção por união de cônjuge da colega, oportunidade em que foi contrária a decisão dos demais conselheiros. Ressaltou a importância de utilizar o mesmo critério para todos. Informou que não houve presunção de má-fé. O Conselheiro Geraldo solicitou a Thais e Mariana que reiterem o pedido de remoção por permuta, caso ainda tenham interesse. O Presidente passou a palavra ao Rafael Vernaschi, representante da



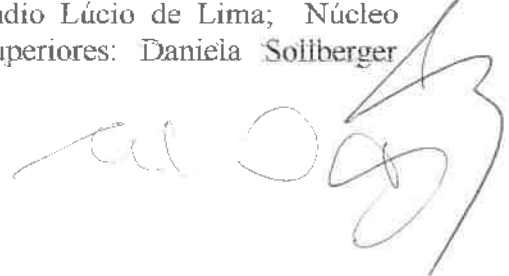
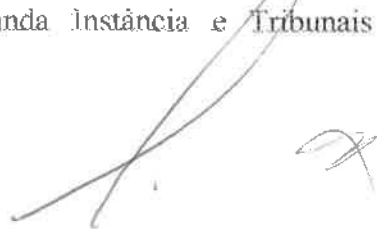
Apadep que externou o apoio à administração superior no que tange ao rompimento do Convênio com a OAB. Falou sobre o momento oportuno que se criou para a luta pelos cargos e subsídios. Ressalvou que a sessão extraordinária de ontem foi publicada na mesma data e que deveria respeitar o regimento e o princípio da publicidade. Quanto à deliberação do Conselho Superior sobre as diárias informou que os Defensores Públicos estão questionando as condições de trabalho e que não consideram pagamento de diárias suficiente para o novo desafio. Questionou se no método de inscrição e nomeação dos advogados inscritos, os defensores verdadeiramente vão dar o aval. Questionou quais as perspectivas quanto a possível ação movida pela OAB. Indagou se a o Defensor Público que ficar na regional enquanto o outro vai para outra comarca também receberá diária. Solicitou que o processo de prerrogativas que está na pauta seja votado ainda nesta sessão, bem como o processo de gratificação. A Defensora Pública Franciane de Fátima Marques externou sua solidariedade aos colegas que estão se esforçando nesta nova fase. Informou que entrou com pedido no Conselho Superior sobre as rotinas da Vara de Execuções. Solicitou urgência na solução da Funap, visto que a situação está muito complicada. Protestou a situação complicada que esta na VEC com a saída de um colega sem ter substituto. O Defensor Público Sergio Wagner Locatelli falou sobre o plantão triagem da capital. Informou que aumentou a quantidade de trabalho e que protocolou um requerimento de melhorias no plantão triagem no Conselho Superior. Informou que entre as sugestões tem a de os Defensores Públicos da criminal fazer parte da triagem. Solicitou que seja divulgado no Diário Oficial o possível substituto dos Conselheiros natos. Apoiou a administração superior pelo rompimento do convênio da OAB, mas questionou qual será a diferença entre o convênio e a inscrição direta com a Defensoria Pública. Sugeriu que a Defensoria Pública haja de acordo com a Defensoria Pública da União. O Defensor Público Antonio Maffezoli informou o apoio geral da carreira com relação ao rompimento do citado convênio. Informou que a defensoria não deu causa, e sim está reagindo a uma situação. Falou da importância de a Defensoria Pública se esforçar para o benefício das pessoas carentes. Informou a preocupação dos colegas em rejeitar o que não for considerado urgente. Reforçou o dito pelo Dr. Rafael quanto à publicidade das reuniões extraordinárias. Opinou por gratificação por acúmulo de serviço a todos os colegas que cubram os colegas que sairão para o plantão triagem. Informou que a excepcionalidade do caso justifica o gasto. A Defensora Pública Bruna Simões, Coordenadora da Unidade de Santana informou a situação de trabalho da unidade. Ratificou as sugestões dos colegas Antonio e Rafael no que diz respeito ao pagamento de gratificação para esta fase de excepcionalidade da Instituição. Informou as peculiaridades da Unidade Nossa Senhora do Ó. Informou ao Corregedor Carlos Weis que o comunicado publicado na data de ontem foi preocupante para os Defensores em estágio probatório. O Defensor Público Elpidio Francisco Ferraz Neto, Coordenador da Regional de Campinas, externou seu apoio a administração superior. Informou a situação da Regional de Campinas no que tange ao fato de assumirem mais três pólos. Informou a dificuldade de lidar com a Funap. O Presidente informou aos colegas que fizeram reunião com todos os coordenadores na última terça-feira para traçar o plano de emergência e que na ocasião decidiram separar os casos de urgência. Solicitou aos colegas que hajam com razoabilidade, visto que não há obrigação de substituir o advogado que já foi nomeado. Informou que haverá um tele-atendimento para a população carente que necessita de advogado. Falou que o momento é de excesso de trabalho e busca de alternativas. Informou quais serão os benefícios do cadastro direto. Quanto aos substitutos natos, informou que está publicado em diário oficial, que informa que são os assessores possíveis para substituição. Passou-se à manifestação dos Conselheiros. O Conselheiro Geraldo lamentou a ausência da Defensora Pública-Geral

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

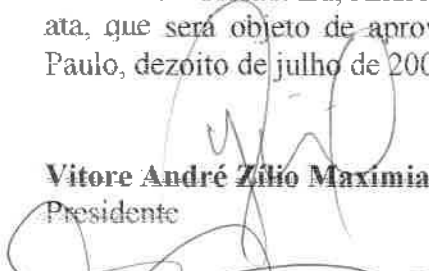
nesta sessão. Discursou sobre os problemas que tem com o convênio da Funap, principalmente com sua diretora. Quanto a OAB, indagou se o Governador já se manifestou a respeito e se há uma auditoria para levantamento de custos. Indagou se há possibilidade de haver retroatividade caso a OAB retorne sua decisão. Opinou por ser este o momento de aproveitar caso haja possibilidade de renovação. O Conselheiro Luciano falou sobre o processo de gratificação em pauta. Informou que a solução alternativa de diárias ocorreu porque não há verba para gratificação. Informou os presentes que protocolou ontem proposta de pontuação para fins de promoções aos defensores que trabalharão no plano emergencial. A Conselheira Denise Nakano parabenizou a administração superior. Falou que esta situação reflete toda a carreira. Agradeceu o apoio de todos provisionados que estão colaborando. Consignou o agradecimento particular ao Coordenador Auxiliar Glauber Callegari e todos os outros que tem colaborado. Informou que todos os juizes que tem contato estão dando total apoio à causa. O Conselheiro Davi agradeceu a colaboração dos Coordenadores Regionais que de forma rápida estão colocando o plano emergencial em ação. Anunciou que foi aberta a Regional de Guarulhos. Informou que a administração superior esta se desdobrando para solucionar as gratificações na forma que é possível. Informou que o Secretário da Justiça Antonio Marrey é o intermediário entre Defensoria e Governo do Estado e que se tem notícia que o Governo do Estado vai resguardar a posição e as decisões da Defensoria Pública, tendo em vista sua independência, desde que não perca a direção da crise e atrapalhe o Executivo. Com relação à auditoria, informou que o Defensor Público Assessor Menésio tem o controle de gastos do convênio. Narrou sobre a preocupação da Defensoria Pública em não demonstrar rivalidade com os advogados. A Conselheira Elaine agradeceu a todos os colegas pela colaboração e união. Esclareceu as questões de dificuldade da Regional de Ribeirão Preto. Informou as peculiaridades e colaboração das regionais do interior. O Conselheiro Carlos Weis narrou os trabalhos da Comissão de Execução Penal no CONDEGE. Informou que foi encaminhado o repúdio ao monitoramento eletrônico do preso. Informou que o Congresso de Execução Penal ocorrerá provavelmente no início do próximo ano. Informou que haverá um grupo de emails para todos os Defensores Públicos do país que atuam na VEC. Esclareceu aos colegas o motivo da publicação do Comunicado 15 da Corregedoria. Informou que o programa ainda exige ajustes. Agradeceu a compreensão de todos. O Conselheiro Willian discursou sobre o rompimento do convênio da OAB. O Conselheiro Pedro Avejar discursou sobre a triagem. Consignou a necessidade de expandir os locais de atendimento. Externou sua preocupação com a busca desenfreada por gratificação. Informou que a administração superior está preocupada em propiciar benefícios aos Defensores Públicos dentro do possível, tendo em vista 1/4 das deliberações do Conselho Superior ser para gratificação. O Conselheiro Fernando Faria questionou se a verba do Pronasci pode contratar estagiários para a VEC. O Presidente informou que trará a questão do Pronasci e da FUNAP na próxima semana. Com relação aos estagiários, informou que surgiu a alternativa de serem contratados pela Fundap. Ratificou o que foi dito pelo Conselheiro Pedro Avejar no que diz respeito à atuação do Conselho Superior. Informou que o atendimento telefônico provavelmente será feito por funcionários da Prodesp e que a Dra Patricia Simeonato vai verificar como é realizado este serviço. Informou nas cidades pequenas utilizarão o tele-atendimento. O Presidente franqueou a palavra ao Defensor Público Coordenador da Tecnologia da Informação, Marcelo Novaes que discursou sobre o sistema de cadastramento dos advogados, explicou o sistema do tele-atendimento e falou sobre o recebimento das certidões. O Presidente franqueou a palavra ao Defensor Público Assessor Menésio que prestou informações sobre o impacto financeiro com o rompimento do Convênio. O Presidente noticiou que

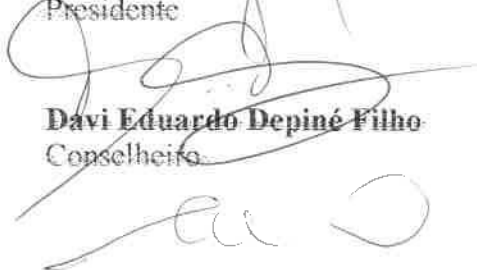



o processo de criação de cargos foi encaminhado hoje ao Secretário da Casa Civil. Passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou as propostas de inversão à pauta. Aprovada na seguinte ordem: CSDP nº 031/08. Interessado: Defensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de deliberação para fixar parâmetros objetivos e procedimentos para a presunção e comprovação da necessidade de assistência jurídica. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. Concedida vista ao Conselheiro Willian Fernandes. CSDP nº 269/08. Interessados: Thais dos Santos Lima e Mariana Zakia Cavalcanti. Assunto: Remoção por permuta. Relator: Conselheiro Carlos Weis. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP-CAEP nº 013/2008. Interessado: Amanda Ruiz Babadopulos. Assunto: Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório, aguardando o cumprimento do requisito previsto no artigo 101, parágrafo único da LC 988/06 e artigo 9º da Deliberação CSDP nº 24/06. CGDP-CAEP nº 053/2008. Interessado: Maria Beatriz de Alcântara Sá. Assunto: Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório, aguardando o cumprimento do requisito previsto no artigo 101, parágrafo único da LC 988/06 e artigo 9º da Deliberação CSDP nº 24/06. CGDP-CAEP nº 081/2008. Interessado: Antonio Machado Neto. Assunto: Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório, aguardando o cumprimento do requisito previsto no artigo 101, parágrafo único da LC 988/06 e artigo 9º da Deliberação CSDP nº 24/06. CSDP nº 285/08 (Excetuado à pauta). Interessado: Escola da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Pedido de afastamento dos Defensores Públicos para participação no Curso de capacitação "Projeto Laço da Rede/2008, no período de 25 de julho a 20 de novembro de 2008. Relator: Conselheiro Carlos Weis. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o pedido de afastamento dos interessados. CSDP nº 280/08. Interessados: Carlos Weis e outro. Assunto: Lista sêxtupla para concorrer ao cargo de Corregedor-Geral. Relatora: Conselheira Elaine Moraes Ruas Souza. O Conselho deliberou, por maioria de votos, encaminhar a lista sêxtupla ao Governador, por ordem de antiguidade, destacando os dois interessados. Vencido o Conselheiro Geraldo Sanches de Carvalho. Passou-se a votação dos inscritos. O Defensor Público Carlos Weis recebeu 07 votos e o Defensor Público Sergio Locatelli 01 voto. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, indicar o Defensor Público Carlos Weis para compor a lista sêxtupla para o cargo de Corregedor-Geral. Para a composição da mesma lista, o Defensor Público Sérgio Wagner Locatelli recebeu um voto, sendo que completarão a lista, atendendo ao disposto no art. 3º, inciso V, da LC 988/06, os Defensores Públicos mais antigos no nível V, pela ordem: Flávia D'Urso, Victor Hugo Albernaz Júnior, Monica de Melo e Vera Cristina Carmesin Cavalli. CSDP nº 279/08. Interessada: Defensoria Pública-Geral. Assunto: Inscrição dos Defensores Públicos para Coordenadores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indicar os seguintes Defensores Públicos para Coordenador dos respectivos Núcleos Especializados, sendo que não houve inscritos para os demais Núcleos: Núcleo Especializado de Situação Carcerária: Carmen Silvia de Moraes Barros; Núcleo Especializado da Infância e Juventude: Flavio Américo Frasseto; Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos: Claudio Lúcio de Lima; Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores: Daniela Soliberger




Cembranelli, Núcleo Especializado dos Direitos dos Idosos: Nádia Tafarello Soares. CSDP nº 075/08. Interessado: João Carlos Navarro de Almeida Prado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 25/2006. Relator: Conselheiro Geraldo Sanches Carvalho. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 263/08. Interessada: Carmen Silvia de Moraes Barros. Assunto: Pedido de afastamento qualificado de um dos Defensores Públicos. Relator: Conselheiro Geraldo Sanches Carvalho. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos propostos pelo relator, converter o julgamento do processo em diligências. CSDP nº 281/08. Interessados: Daniela Skramov de Albuquerque e outros. Assunto: Impugnação à lista de integrantes dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Geraldo Sanches de Carvalho. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, acolher a impugnação dos interessados, readequando as indicações para composição dos Núcleos Especializados. CSDP nº 005/08. Interessado: Associação Paulista dos Defensores Públicos do Estado - APADEP. Assunto: Proposta de alteração do artigo 8º, § 4º e supressão do § 2º, do artigo 9º da Deliberação CSDP nº 18/06. Relator: Conselheiro Carlos Weis. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Elaine Moraes Ruas Souza, aprovar a proposta nos termos da Deliberação CSDP nº 87, de 18 de julho de 2008, publicada a seguir. Impedido o Conselheiro David Eduardo Depiné Filho. CSDP nº 273/08. Interessado: 1º Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta Orçamentária para o exercício de 2009. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a proposta orçamentária para o exercício de 2009. CSDP nº 247/08. Interessada: Associação Paulista dos Defensores Públicos – APADEP. Assunto: Comissão de prerrogativas da Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Elaine Moraes Ruas Souza. Concedida vista ao Conselheiro Carlos Weis. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Andréa Silva Britto, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, dezoito de julho de 2008.

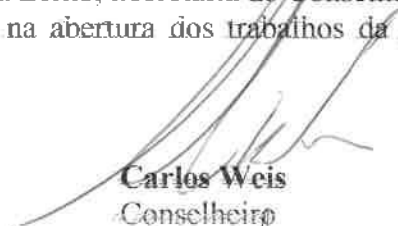

Vitore André Zilio Maximiano
Presidente



Davi Eduardo Depiné Filho
Conselheiro



Elaine Moraes Ruas Souza
Conselheira

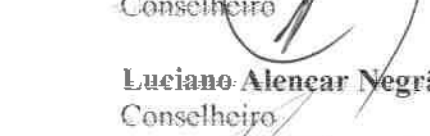

Geraldo Sanches Carvalho
Conselheiro



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro


Carlos Weis
Conselheiro


Denise Nakano Veronezi
Conselheira


Fernando Roberto Faria
Conselheiro


Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro


Willian Fernandes
Conselheiro